

ATA N.º 05/2018 DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO AVE
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezoito, pelas dez horas, na respetiva Sede Social, no Salão Nobre da Comunidade Intermunicipal do Ave, reuniu, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Ave - Associação de Municípios de Fins Múltiplos, tendo estado presentes os seguintes Membros: -----

Eleitos pela Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto

- Domingos Fernando de Araújo Machado Pereira – PS -----
- João Pedro Magalhães Pacheco – PS -----
- Vítor Manuel Pereira de Carvalho – IPC -----
- José Manuel Ramos Magalhães – IPC -----

Eleitos pela Assembleia Municipal de Fafe

- Manuel Armando Salgado Santos – PS -----
- Armino Manuel Tavares Fernandes – PS -----
- Luís Gabriel Alves Soares - Movimento Fafe Sempre, em substituição de Vera Alexandra Mendes Soares que justificou a sua falta -----
- Manuel Cristóvão Ferreira Barbosa - Movimento Fafe Sempre -----
- Duarte Teixeira Rocha – Coligação Unidos a Fafe - PPD/PSD - CDS/PP -----

Eleitos pela Assembleia Municipal de Guimarães

- Nelson José Guimarães Felgueiras – PS -----
- Tiago Vieira Laranjeiro – PSD/CDS-PP/MPT/PPM -----
- Paulo Rui Lopes Pereira da Silva – PS -----
- Ana Margarida da Costa Teixeira– PSD/CDS-PP/MPT/PPM, em substituição de Margarida Pinheiro Pereira que justificou a sua falta -----
- Marta de Abreu Coutada – PS -----
- Manuel Américo Antunes de Freitas – PS -----
- Paulo Miguel Lima Peixoto – PSD/CDS-PP/MPT/PPM -----
- José Silva Fernandes – PS -----

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018



Eleitos pela Assembleia Municipal de Mondim de Basto

- Valentim Carvalho Macedo – PS

- Bruno Miguel de Moura Ferreira – PSD

Eleitos pela Assembleia Municipal de Póvoa de Lanhoso

- Maria Alice Rodrigues de Sousa – PSD

- Sónia Margarida da Silva Fernandes – PSD

- Maria Elisabete Cardoso da Cunha – PS, em substituição de Fernando Carlos Dias Ribeiro que justificou a sua falta

Eleitos pela Assembleia Municipal de Vieira do Minho

- Elsa Maria da Rocha Teixeira Dias – PS

- Luís Alberto da Costa Pereira – PPD/PSD

Eleitos pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão

- António Fernando Sanguedo Meireles – PSD/CDS-PP

- João Pedro Sampaio Araújo – PSD/CDS-PP

- Paula Rosa Gomes Peixoto Dourado – PSD/CDS-PP

- Catarina Isabel Rocha Machado – PSD/CDS-PP

- Ricardo José Mesquita Carvalho Costa – PSD/CDS-PP

- Rita Sangreman Proença Pires de Lima – PSD/CDS-PP

- Luís Fernando Andrade Moniz – PS

Eleitos pela Assembleia Municipal de Vizela

- Jorge Miguel da Costa Oliveira – Movimento Vizela Sempre

- José Manuel Correia de Oliveira – Movimento Vizela Sempre

- Manuel Fernando da Costa Leite – Coligação “Vizela é para todos” PSD-CDS/PP

Membros que não estiveram presentes:

- Palmira Teresa Moreira Dias – PS – Fafe, não apresentou justificação de ausência

- Gilberto António Sousa dos Anjos – PS – Póvoa de Lanhoso, não apresentou justificação de ausência

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

- Rui Miguel Sá Faria – PS – Vila Nova de Famalicão, apresentou justificação de ausência e solicitou substituição, no entanto, o membro suplente Hugo Sampaio apresentou justificação de ausência no dia de ontem, não existindo assim tempo útil para a sua substituição -----
- João António Fernandes Polery – PS – Vizela, não apresentou justificação de ausência -----
- Ana Maria Truta Fraga Miranda Fernandes e Oliveira Duarte – CDS/PP – Vieira do Minho, não apresentou justificação de ausência -----
- Pedro Miguel da Cruz Araújo – PPD/PSD – Vieira do Minho, não apresentou justificação de ausência -----

A Sessão foi presidida pela Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada. -----

ORDEM DE TRABALHOS

- PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, deu início aos trabalhos começando por solicitar ao Sr. Deputado Manuel Armando Salgado Santos que prestasse apoio aos trabalhos da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, tendo em conta que o Sr. Deputado Fernando Carlos Dias Ribeiro, Secretário da Mesa, apresentou e justificou a sua ausência. -----
- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, deu início ao Período de “Antes da Ordem do Dia”, informando os presentes sobre os Srs. Deputados que pediram substituição, tal como se segue: o Deputado Rui Miguel Sá Faria, de Vila Nova de Famalicão, que foi substituído pelo Deputado Hugo Alexandre Miranda Sampaio, que apresentou justificação de ausência no dia de ontem, não existindo assim tempo útil para a sua substituição. O Deputado Fernando Carlos Dias Ribeiro, da Póvoa de Lanhoso, que foi substituído pela Deputada Maria Elisabete Cardoso da Cunha; a Deputada Margarida Pinheiro Pereira, de Guimarães, foi substituída por Ana Margarida da Costa Teixeira; a Deputada Vera Alexandra Mendes Soares, de Fafe, foi substituída por Luís Gabriel Alves Soares. Mais informou que todos os Membros da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave supra identificados justificaram a sua ausência. -----



ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

Prosseguiu referindo que o Grupo Parlamentar do CDS-PP, apresentou um requerimento à mesa a informar da constituição do seu Grupo Parlamentar e da Direção do mesmo. -----

Acrescentou que o Grupo Parlamentar do PSD, apresentou um Voto de Protesto relativo ao processo do SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego, que de seguida foi lido para conhecimento de todos os Membros presentes. -----

- O Deputado Paulo Peixoto (PSD/CDS-PP/MPT/PPM - Guimarães) interveio referindo que o Grupo Parlamentar do CDS-PP se revê no Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Relembrou que, na passada reunião da Assembleia Intermunicipal foi decidido e aprovado o reforço de meios, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, para dar resposta ao atraso no processo de análise e decisão das candidaturas apresentadas ao SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego. Solicitou um ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos, e uma previsão para a comunicação da decisão sobre as candidaturas apresentadas. -----

Acrescentou que tem conhecimento que todos estes atrasos são transversais ao Portugal 2020, reforçando a posição de concordância com o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. -----

- O Deputado Nelson Felgueiras (PS - Guimarães), interveio referindo que o Grupo Parlamentar do PS se encontra solidário com as questões anteriormente expostas, lembrando que numa das anteriores reuniões da Assembleia Intermunicipal, haviam votado favoravelmente o reforço de meios e recursos que permitissem o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito dos Fundos Europeus, que são fundamentais para o desenvolvimento do território. Acrescentou que o Grupo Parlamentar do PS considera prematura a forma e a lógica do Voto de Protesto apresentado, entende que esta seria sobretudo uma fase de esclarecimento sobre as eventuais vicissitudes associadas ao processo do SI2E, reforçando que, naturalmente se encontram preocupados e solidários com as entidades e as empresas que apresentaram candidaturas, sublinhando como negativo o atraso associado, no entanto, entendem que deveria ser dada a oportunidade à CIM do Ave e respetiva equipa que a integra, de apresentar as devidas explicações. -----

- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, colocou o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD a votação, que obteve 17 votos a favor e 17 abstenções. -----

- O Deputado António Meireles (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), referiu que o Voto de Protesto apresentado, demonstra a preocupação com os interesses da região, das populações e da economia, sendo essas preocupações que contam para efeitos desta Assembleia Intermunicipal, e que decorrem do conhecimento que possuem sobre o devido

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

andamento do processo SI2E. Referiu também que, o Voto de Protesto apresentado não nega um pedido de esclarecimentos, tal como já havido sugerido ao Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, que se pronunciasse após as intervenções dos Membros da Assembleia Intermunicipal. -----

Acrescentou que por diversas vezes foram solicitados esclarecimentos à CIM do Ave sobre esta matéria, sendo que os últimos esclarecimentos oficiais foram apresentados na última reunião desta Assembleia, em junho, na qual os Membros foram informados pela Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, que o processo estaria concluído até ao passado dia 15 de agosto, momento no qual também foram apresentadas todas as vicissitudes associadas. Face ao exposto, na última reunião, o Grupo Parlamentar do PSD não mais se pronunciou. Continuou referindo que, o Voto de Protesto foi apresentado nesta reunião dado que não houve registo de evolução do processo de decisão. -----

Prosseguiu referindo que o Voto de Protesto apresentado não está associado a questões políticas, mas sim aos inconvenientes trazidos para a região pela sua falta de resolução, com a agravante de ser referido no documento "Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019" que o "SI2E é um instrumento financeiro que se revela de extrema importância para o estímulo e a criação de novos negócios, e expansão das micro e pequenas empresas, bem como um forte estímulo à criação de emprego". -----

Pronunciou-se sobre o facto de discordar com o referido pelo Deputado Nelson Felgueiras, no que diz respeito ao facto de não ter sido dado tempo e oportunidade à CIM do Ave para apresentação de esclarecimentos sobre esta matéria, dado que, de junho até à presente data nada foi acrescentado, motivo pelo qual se apresentou na reunião de hoje o Voto de Protesto, e que faz parte das funções que os Membros desempenham na Assembleia Intermunicipal, nomeadamente na luta para que as questões que realmente são importantes para a comunidade sejam analisadas com cautela, deixando de parte as questões partidárias. -----

- O Deputado Bruno Ferreira (PSD - Mondim de Basto), interveio referindo que, se tem vindo a assistir um pouco por todo o país o encerramento de alguns postos dos CTT, facto este associado a diversas formas de manifestação, desde pedidos de audiência, manifestações públicas e populares, moções apresentadas no âmbito municipal, umas com mais sucesso, outras com menos sucesso, e há o caso particular da CIM do Douro que interpôs uma providência cautelar e que impediu que o encerramento acontecesse no seu território. -----

Acrescentou que o Concelho de Mondim de Basto, foi um dos municípios afetados com estes encerramentos, no passado mês de julho, foi encerrado o único posto dos CTT do concelho, colocando a questão ao Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, se teve conhecimento do anúncio e posterior encerramento, questionando também se foi realizada alguma diligência ou alguma tomada de posição pública pela CIM do Ave. -----

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

- O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, respondeu que no que diz respeito ao processo do SI2E existem diversas razões associadas ao atraso no processo de decisão, e que a equipa da CIM do Ave não se encontra de forma deliberada a atrasar o processo, pelo contrário, toda a estrutura da CIM do Ave reconhece o grande interesse que o SI2E tem para a região e em particular para as empresas. Uma das razões que levou ao atraso efetivo na análise das candidaturas, foi precisamente o interesse demonstrado pelas empresas, que culminou na apresentação de 364 candidaturas aos Fundos FEDER e FSE, facto para o qual a CIM do Ave não tinha uma estrutura preparada para uma resposta em tempo útil. Acrescentou que, o Conselho Intermunicipal decidiu recorrer a consultoria externa para que a CIM do Ave ficasse dotada de meios para a análise das candidaturas apresentadas, acrescentando que, quando a Primeira-Secretária Intermunicipal assumiu funções, o processo estava praticamente parado. Neste momento, o mesmo está a ser tratado a bom ritmo, reconhecendo que a celeridade não é a desejada. -----

O Sr. Presidente apresentou, em nome da CIM do Ave, desculpas pelo atraso, informando que está a ser colocado todo o empenho para que o processo se conclua o mais rapidamente possível, sendo que, estão a ser exploradas algumas opções para negociar com a CCDR-N para que de futuro este problema não se repita. -----

Por fim, passou a palavra à Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, Maria do Rosário Azevedo. -----

- A Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, Maria do Rosário Azevedo, informou os presentes que de acordo com o anteriormente transmitido pelo Sr. Presidente, quando assumiu as suas funções, o processo do SI2E estava praticamente sem qualquer trabalho desenvolvido, percebendo de imediato que devido ao elevado número de candidaturas apresentadas a “empreitada” seria enorme, acrescentando a agravante de não estar estruturada uma equipa técnica para assumir o *dossier*. Assumiu que, erradamente na última reunião da Assembleia Intermunicipal fez uma previsão demasiado otimista para a conclusão do processo, dado que, estava prevista a contratação externa para apoio na análise das candidaturas, mas no entanto, também essa contratação estava sujeita às respetivas regras de Contratação Pública, à qual estão sempre associados os tempos legais para a sua conclusão. -----

Continuou referindo que, apenas foi adjudicado à empresa SIGMA TEAM Consulting, S.A. no final do mês de julho de 2018, à qual foi solicitado todo o empenho e esforço na respetiva análise económico-financeira. -----

Acrescentou que o Pedido de Elementos Adicionais às candidaturas apresentadas foram remetidos no período em que muitas empresas se encontravam de férias, o que acabou também por atrasar este processo, dado que estavam previstos 10 dias úteis para a resposta, mas que acabou por em muitos dos casos se verificar a necessidade de prorrogação deste mesmo prazo, o que protelou em muito a receção dos documentos necessários para a continuidade da análise das candidaturas. -----

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

Informou que, todo este atraso se deve lamentavelmente a uma série de causas, que nos penaliza a todos, sejam elas do lado dos beneficiários ou do lado da burocracia de todo o processo, sendo que neste momento, com a colaboração da equipa externa o processo terá obrigatoriamente uma maior celeridade na sua análise. -----

- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, solicitou ao Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, que prestasse os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Deputado Bruno Ferreira. -----

- O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, informou que tendo em conta que o assunto relacionado com os CTT apenas é conhecido pela divulgação nos órgãos de comunicação social, e não sendo um assunto deliberado no seio da CIM do Ave, não é possível prestar a informação solicitada. -----

PONTO UM: Aprovação da Ata nº 04/2018 da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, do dia 30 de junho de 2018.
(Anexo 1) -----

- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, colocou à votação a Ata n.º 04/2018, apresentando desculpas pelo envio tardio da mesma, solicitando a compreensão para este atraso. -----

DELIBERADO, aprovar por unanimidade pelos Membros presentes na última reunião da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave. -----

- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

PONTO UM: Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal do Ave. -----

- A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIM do Ave, Marta de Abreu Coutada, deu início ao ponto um da “Ordem do Dia”, dando a palavra aos membros que se inscreveram para intervir, nomeadamente, o Sr. Deputado Paulo Peixoto e a Sr.ª Deputada Paula Dourado. -----



ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

- O Deputado Paulo Peixoto (PSD/CDS-PP/MPT/PPM - Guimarães), referiu que, no que diz respeito ao SIZÉ o grupo parlamentar regista com seriedade política as explicações apresentadas pelo Sr. Presidente da CIM do Ave. -----

Referiu que, não colocam em causa o esforço colocado pela CIM do Ave nesta matéria, no entanto, consideram que deveria ser transmitido aos beneficiários esclarecimentos sobre o atraso do processo, dado que, aos beneficiários são colocadas uma série de obrigações e o mesmo não se reflete do lado da Administração Pública, considerando assim um defraude de expectativas que se arrasta há um ano. -----

Continuou referindo que, discorda, em parte, com o exposto pela Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, nomeadamente a questão de que as candidaturas apresentadas, na sua maioria estarem mal instruídas, considerando que seria necessário apresentar explicações a esta Assembleia Intermunicipal que um dos motivos foi o facto de o Aviso ter sido publicado com algumas incongruências, e que no meio do processo foi solicitado aos beneficiários que apresentassem documentos que inicialmente não estavam previstos. Acrescentou também que, no meio do processo, o Decreto-Lei foi alterado, porque mais uma vez foi verificada a existência de erros. Face ao exposto, entende que não deverá ser colocado o problema na má instrução das candidaturas por parte dos beneficiários, porque se o fizeram, considera que foram induzidos em erro. -----

Acrescentou ainda que fica confiante com os esclarecimentos e comprometimentos que a CIM do Ave apresentou a esta Assembleia Intermunicipal, no sentido de até ao final do mês de dezembro poder concluir o processo de análise de candidaturas. -----

Demonstrou algum receio no que diz respeito às questões políticas relacionadas com os envelopes financeiros e respetivas cabimentações atribuídas a este processo, que como é do conhecimento geral, são extremamente reduzidas, tendo a esperança que os beneficiários não venham a ser prejudicados por ordens da Tutela. -----

- A Deputada Paula Dourado (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), referiu que no que diz respeito à atividade da CIM do Ave, a Assembleia Intermunicipal tem vindo a alertar ou a sugerir uma maior aproximação aos cidadãos e à comunidade, lembrando que têm vindo a ser feitas diversas intervenções por parte dos membros da Assembleia Intermunicipal sobre esta matéria, na medida em que as atividades que a CIM do Ave vai desenvolvendo não transparecem nem “transpiram” para a comunidade em geral. Continua referindo que, no plano de atividades que irá ser discutido nesta Assembleia, o mesmo reflete a intenção de reforçar a ligação aos cidadãos, no entanto, considera que esse reforço tem que ter efetiva ação prática e que não tem sido verificada na posição de deputados ou de cidadãos da CIM do Ave, considerando assim que a CIM do Ave continua como um “monumento” estranho no território, continua uma instituição completamente desconhecida e o mais grave ainda quando alguns técnicos dos municípios que





integram a CIM do Ave também não têm conhecimento da sua atividade, reforçando assim a necessidade de um esforço redobrado de aproximação à comunidade. -----

Continuou a sua intervenção, referindo que, no que diz respeito ao SI2E, considera muito grave a publicação do Aviso e que durante o período em que decorre a análise das candidaturas seja alterada a portaria regulamentar e respetivos critérios de análise, descredibilizando assim a intenção do Governo de promover a criação de emprego, a competitividade das empresas, o reforço da qualificação das empresas e a dinamização da economia local. -----

Refere ainda que, de facto, considera o volume das 200 candidaturas (plurifundo) apresentadas muito elevado para a estrutura da CIM do Ave, e quando se considera um orçamento de cerca de 2 milhões de euros, se cada uma das candidaturas que vierem a ser apoiadas rondarem um orçamento médio de 200.000€, no final do processo, serão apoiadas cerca de 10 candidaturas em 200, o que significa que 190 não serão consideradas para financiamento. Continuou referindo que, compreende que se as candidaturas que estiverem mal instruídas porque as empresas não cumpriram com os requisitos do Aviso, como em todos os Programas acontece, as candidaturas não podem ser aprovadas, no entanto, não deverá ser colocado em causa o mérito daquelas que efetivamente estão bem instruídas e que são projetos estruturantes, são projetos que criam emprego, e que dinamizam a economia, considerando que não deverá ser estendido o prazo de análise até que as 200 candidaturas apresentadas estejam bem instruídas, dado que há prazos de candidatura, há prazos para responder a estes esclarecimentos, e todos esses prazos têm que ser cumpridos, de outro modo nunca mais será concluído o processo. -----

Mais acrescentou que, no Plano de Atividades da CIM do Ave, é referido que será lançado um novo período de candidaturas no ano de 2019, considerando que as candidaturas que foram apresentadas no Aviso em análise, e que porventura estavam mal instruídas ou que por uma ou outra razão não foram aprovadas, então que se apresentem novamente em 2019, dado que, as empresas não se coadunam com estes prazos, e que o plano de investimentos apresentados com o projeto, passado um ano, estará completamente ultrapassado. -----

- O Deputado Domingos Pereira (PS - Guimarães), referiu que relativamente ao plano de atividades de 2018, de alguma maneira a sua análise é plasmada naquilo que é o plano para 2019 e, no que diz respeito à questão da proximidade, essa discussão é fundamental, dado que, a Assembleia Intermunicipal tem uma representatividade jurídica e legal. Acrescentou que o Grupo Intermunicipal do PS, tem uma visão de conjunto da realidade do território, realidade essa distinta entre os municípios, referindo como exemplo a questão da autoridade dos transportes, em que existem municípios com perspetivas diferentes sobre assuntos considerados estruturantes para a lógica intermunicipal e para a coesão territorial, acrescentando que não deve ser esquecido que a CIM do Ave resulta do esforço dos municípios, aqui

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018



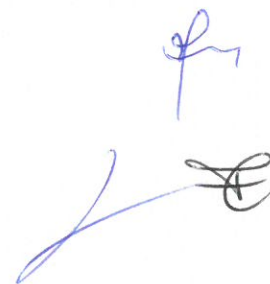
representados pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, e que quando se realiza a análise dos serviços estão também a fazer a análise política daquilo que é a produção dos próprios representantes municipais. -----

No que diz respeito ao SI2E, e relativamente às explicações anteriormente apresentadas, considerando a importância de determinados programas para o desenvolvimento económico, que arrasta desenvolvimento social, e que tem sido determinante para os índices alcançados nos últimos tempos e que têm sido reflexo dessa política, nomeadamente mais emprego, mais desenvolvimento, sendo por causas endógenas, ou por causas exógenas, no entanto, deve ser considerado que os atrasos verificados neste processo, certamente dependem da exiguidade dos serviços da CIM do Ave com a sucessiva atribuição e delegação de competências, o que levará certamente à dificuldade de cumprimento com os prazos legais. -----

Continuou salientando dois domínios considerados muito relevantes, por um lado, a questão da educação, no qual no ano de 2018 a CIM do Ave desempenhou um grande papel, papel esse que normalmente não é reconhecido pela comunidade, dado que a CIM do Ave não é o rosto desse trabalho, no entanto, considera a CIM do Ave como uma estrutura mediadora. Por outro lado, a componente de promoção do território, nomeadamente no domínio turístico, considera que é necessário refletir, não podendo este órgão apenas participar clinicamente e ritualmente para aprovação de documentos de uma forma genérica, pelo contrário, deverão ter um papel mais ativo na construção de uma verdadeira entidade intermunicipal e supramunicipal também, dado que, hoje lidamos com uma indefinição política, porque ainda convivemos com dois modelos, que é o modelo do distrito e o modelo tradicional enquanto região administrativa, e por outro lado, uma Comunidade Intermunicipal que se construiu debaixo para cima e muitas vezes sem haver uma conceção holística desse mesmo território, portanto, da parte do Grupo Intermunicipal do PS, acreditam que muito tem sido feito pela CIM do Ave, e que muito há ainda para fazer, reconhecendo que é necessário dotar a CIM do Ave de maiores e melhores instrumentos, para que estas políticas intermunicipais possam ter sucesso. --

- O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, respondeu referindo que no que diz respeito ao processo do SI2E, entende que todas as questões estão esclarecidas, acrescentando que em resposta ao Deputado Paulo Peixoto, a CIM do Ave não tem conhecimento de qualquer instrução do Governo ou da CCDR-N no sentido de retenção de candidaturas. -----

Sobre a intervenção do Deputado Domingos Pereira, referiu que as questões levantadas são um ponto muito importante para a CIM do Ave, que diz respeito à reflexão que tem vindo a ser feita sobre o papel que a CIM do Ave deve representar no território. Referiu que, a CIM do Ave tem vindo a fazer um caminho de afirmação, no entanto, existe uma opção política de ocupação de lugar de retaguarda, que considera bastante importante, deixando assim o protagonismo público para os municípios. O trabalho de retaguarda referido, tem haver, como por exemplo, com o



ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

dossier dos transportes, com a área da educação onde está a ser desenvolvido um trabalho muito importante no que diz respeito ao combate ao insucesso escolar, na promoção do sucesso escolar. Também na área da energia, a CIM do Ave está a trabalhar na preparação das concessões da rede elétrica, a área do turismo também está a ser trabalhada, referindo que, estes são apenas alguns exemplos de temáticas que se encontram a ser trabalhadas, trabalho este de enorme relevância, mas que acaba por ficar na retaguarda. -----

Continuou a sua intervenção referindo que, está clara a vontade da Assembleia Intermunicipal ocupar uma atitude mais interventiva, usando dessa forma o seu envolvimento como instrumento para chegar à comunidade. -----

Acrescentou que existe um défice de notoriedade da CIM do Ave, mas défice este que resulta, em parte, do trabalho de retaguarda da CIM do Ave e do protagonismo atribuído aos municípios. -----

- A Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, Maria do Rosário Azevedo, deu sequência à intervenção do Sr. Presidente, e iniciou por prestar esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Peixoto, referindo que, no diz respeito ao processo do SI2E e, de acordo com o já transmitido pelo Sr. Presidente, também desconhece qualquer orientação no sentido de retenção de candidaturas. -----

Continuou referindo que, de facto, seria desejável a CIM do Ave ter uma política de comunicação ativa, no sentido de existir um bom website, com bons conteúdos, para que fosse possível reportar a informação das atividades e processos desenvolvidos, associada a uma forte presença nas redes sociais, o que iria permitir uma comunicação global. São muitas as atividades que a CIM do Ave promove, no entanto, não estão a ser devidamente comunicadas, facto este que será ultrapassado, dado que está previsto no quadro de pessoal um lugar para um técnico desenvolver funções nesta área. -----

Em resposta à Sr.ª Deputada Paula Dourado, no que diz respeito ao SI2E, referiu que em sede de Pedido de Elementos Adicionais, não foram solicitados novos documentos, mas sim esclarecimentos sobre informação contraditória submetida com problemas de inconsistência na documentação. Sobre a questão da alteração de regras do Aviso, apresentou também a sua discordância, sendo que é um assunto que será reportado ao Governo e às Autoridades de Gestão para evitar a sua repetição. -----

Relativamente à questão colocada pela Sr.ª Deputada sobre o facto de os municípios não saberem da existência da CIM do Ave, informou que, mensalmente a CIM do Ave, por exemplo, reúne o Conselho Intermunicipal de Educação com todos os Vereadores e respetivos técnicos. Também nas outras áreas de atuação da CIM do Ave, são realizadas reuniões frequentes para o respetivo acompanhamento. Acrescentou que da parte da CIM do Ave, toda a informação é transmitida e circula pelos municípios para os contactos disponibilizados pelo próprio município. -----



ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

Referiu que, a CIM do Ave trata, na sua essência, de projetos intermunicipais, o que exige a articulação com os 8 municípios, originando um grande esforço de concertação, e como cada vez mais, por um lado, são atribuídas competências, mas por outro lado, não é reforçada a equipa técnica nem os recursos financeiros, esta situação por vezes leva a que sejam verificadas algumas dificuldades. -----

Considera que a CIM do Ave tem uma boa margem para progressão, verifica-se o acréscimo de escala nos projetos, no entanto, é necessário dispor de meios para continuar a desenvolver um bom trabalho. -----

- A Deputada Paula Dourado (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), referiu que pretendia fazer uma correção, dado que nunca referiu que os municípios não sabem da existência da CIM do Ave, pois isso seria uma questão gravíssima, acrescentando que caso os municípios não tivessem esse conhecimento não estaria a ocupar o cargo de Deputada Intermunicipal, e como consequência a Assembleia Intermunicipal não faria sentido. Corrigiu referindo que, tinha dito que alguns técnicos não tinham conhecimento das atividades da CIM do Ave, assim como muitos cidadãos têm conhecimento da existência da CIM do Ave, agora não têm é conhecimento das atividades que se desenvolvem. -----

Acrescentou que no que diz respeito à comunicação e à presença da CIM do Ave na comunidade, concorda com a opção política de a CIM do Ave se posicionar na retaguarda, porque efetivamente os municípios são as autoridades locais e são as entidades que estão mais próximas da comunidade, no entanto, considera que a CIM do Ave pode desempenhar um papel de *marketing* territorial. -----

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Domingos Pereira, demonstrou a sua discordância com a questão de que a CIM do Ave nasceu debaixo para cima, entende que a CIM do Ave nasceu de cima para baixo, e talvez daí resultarem alguns dos problemas com que a CIM hoje em dia se depara. -----

- O Deputado Domingos Pereira (PS - Guimarães), referiu que gostaria de apresentar um esclarecimento relativo à sua anterior intervenção, no sentido de reforçar que são os municípios que aderem às Comunidades Intermunicipais, como é o exemplo de Mondim de Basto que pertence a outro território em termos de região administrativa, ao distrito de Vila Real, tendo tomado a decisão de pertencer à CIM do Ave, sendo este o sentido referido debaixo para cima, não da cidadania, mas no sentido dos órgãos institucionais das autarquias. -----

DELIBERADO, tomar conhecimento. -----

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018





PONTO DOIS: Apreciação e votação das “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019” e respetivos anexos, nomeadamente, o mapa de pessoal para o ano de 2019 e autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro. (Anexo 2) -----

- A Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, Maria do Rosário Azevedo, deu início à apresentação do documento “Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019”, sobre o qual teceu os respetivos comentários e esclarecimentos mais pormenorizados, que entendeu como sendo relevantes. -----

- A Deputada Paula Dourado (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), agradeceu a explicação detalhada apresentada pela Drª Maria do Rosário Azevedo, e salientou que da análise do Plano o mesmo está bem estruturado, aliás, nos últimos exercícios é notória a preocupação crescente no sentido de estruturar bem a informação. Destacou também, a questão dos projetos de cooperação transnacional, ao nível da economia, da inovação, da investigação científica, da ligação das empresas às Universidades e até da inovação social, considerando muito importante esta ligação com outras regiões da Europa, referindo que essa ligação não deverá apenas acontecer com a equipa da CIM do Ave, mas também com as equipas dos municípios, demonstrando agrado pelo facto de ter sido explicado que essa metodologia do envolvimento das equipas dos municípios estar a ser adotada. -----

Continuou referindo que, na sua opinião, o Plano é muito extensivo, com muitos domínios de atividade, com muitos projetos demasiado micro, referindo que gostaria de ter um Plano mais “chapéu”, dando sequência à questão de que a CIM do Ave é uma Comunidade Intermunicipal e, é uma Comunidade que deve desenvolver projetos intermunicipais e dar resposta a estratégias de território, destacando a questão dos projetos de cooperação transnacional, a questão da educação e coesão social, não deixando de ter em conta que cada município tem as suas responsabilidades na educação, mas que existem estratégias intermunicipais que podem ser implementadas. -----

No que diz respeito à temática da mobilidade e transporte, referiu que por todas as questões relacionadas com as alterações climáticas e a melhoria ambiental, existe a necessidade de reduzir a utilização do transporte individual e aumentar a utilização de transportes públicos, no entanto, para que a utilização dos transportes públicos aumente é necessário oferecer condições atrativas, nomeadamente a questão do *wi-fi* que é uma das condições a que assistimos por toda a Europa, o cumprimento dos horários, disponibilização *online* de informação sobre os horários, etc. -----

Em relação à temática do turismo, entende que é uma das áreas em que a CIM do Ave tem um papel estruturante e fundamental, dado que, hoje em dia o turista não conhece fronteiras, não vem em concreto, por ex., para conhecer Guimarães, Vila Nova de Famalicão ou Fafe, ele vem para Portugal e depois terá que existir a capacidade de atrair esse turista, e essa atração deverá ser feita através das experiências. Referindo-se à anterior intervenção da Drª Maria do

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018



Rosário Azevedo, no que diz respeito ao turismo industrial e à indústria viva, refere que lamenta que no Plano apenas se faça referência ao Património Industrial e não à indústria viva, que considera ser fundamental, mas, no entanto, o turista procura cada vez mais experiências em que possa participar e envolver-se. -----

Sobre a temática do Ambiente e Eficiência Energética, questionou sobre o papel da Agência de Energia do Ave, dado que não se encontra refletida informação no Plano em apreciação. -----

Concluiu a intervenção, dando nota de que é da opinião da falta de alguma consistência e alguma objetividade no Plano, nomeadamente ao nível de indicadores de realização e de execução. -----

- O Deputado Domingos Pereira (PS - Guimarães), referiu que o Plano apresentado, sobretudo no que diz respeito às atividades, revela aquilo que é a modernização da sociedade portuguesa e que também em muito resulta daquilo que é o poder local democrático em Portugal, e para o qual os autarcas, de alguma maneira, têm contribuído para isso. -----

Referindo-se à intervenção da Dr^a Maria do Rosário Azevedo, considera relevante a articulação e o trabalho em conjunto com a CIM do Cávado e a CIM do Alto Minho, onde estas pontes devem ser criadas para combater a fragmentação. -----

No que diz respeito à questão da unidade de transportes intermunicipais, e em concreto de dois municípios com grande relevância e com uma fronteira muito significativa, que é o caso, por exemplo, Guimarães e Vila Nova de Famalicão com Braga, considera que, pela tradição e poder económico que representa o mesmo constitui uma centralidade absolutamente importante naquilo que deverá ser a articulação com a CIM do Ave, e se eventualmente é pensável alguma organização intermunicipal. -----

Continuou elogiando o prémio atribuído ao projeto Litteratus pela Fundação Calouste Gulbenkian, e realçou a grande responsabilização e coparticipação entre a CIM do Ave e os municípios ao nível da educação. -----

Deixou um voto positivo e até um voto de louvor e de esperança relativamente ao plano de atividades para 2019 em apreciação. -----

- O Deputado Bruno Ferreira (PSD - Mondim de Basto), focou o tema da cultura e turismo, que é um setor que está em crescimento e que representa quase 10% do PIB Nacional, temática esta refletida com a devida importância no documento em apreciação, e em concreto no que diz respeito à dinamização dos produtos endógenos e *marketing* territorial. -----

Continuou referindo que, no documento em apreciação, é explanada uma abordagem com a região do Minho na perspetiva de, em termos turísticos, alcançar um aumento de escala, contributo este para a economia do território, visualizado essencialmente através do projeto Minho Inovação. Continuou referindo que, não colocando em causa a

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018



necessidade de criação de escala, deve ser tido em conta que existe um município integrante da CIM do Ave que faz parte da região de Trás os Montes, e que neste momento a promoção é através da marca Amar o Minho. Considerou que a sua apreciação não é no sentido de exclusão do município da estratégia, mas pelo contrário deverá ser visualizada uma força além-fronteiras do Minho. -----

No que diz respeito aos transportes, deixou a sugestão de a rede de transportes poder ser também utilizada em termos de *marketing* territorial, tendo presente que o transporte serve em primeira instância a mobilidade da população, mas poderá estar presente a oportunidade de o colocar ao serviço do turismo, nomeadamente à forma como pode vir a ser apresentado em termos físicos e visuais. -----

- O Deputado António Meireles (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), referiu que, é seu entendimento que o regime que hoje estamos é ainda um regime municipalista, no entanto, existe na realidade uma regionalização envergonhada, referindo que com esta afirmação não está a transmitir se concorda ou discorda, no entanto, a regionalização está presente em diversas atitudes que os diversos Governos vão tomando, referindo que, a manifestação que está a acontecer no dia de hoje em Lisboa pela proteção civil, antevê que o ano de 2019 possa vir a ser um ano de transformações graves na proteção civil, transformações essas que não estão vertidas no documento em apreciação, porque se tratam ainda de intenções, de Projetos de Lei, mas que irão alterar muito a posição das Comunidades Intermunicipais relativamente à Proteção Civil e às responsabilidades nesta área. Considerou que esta é uma área de difícil gestão, nomeadamente a nível financeiro. -----

Continuou referindo que, é seu entendimento que os anos de 2019 e 2020 serão anos decisivos no âmbito das responsabilidades das Comunidades Intermunicipais, deixando um apelo aos Srs. Presidentes de Câmara, que transmitam o que pensam da regionalização, para onde querem ir, para onde entendem que se deve de ir e também por ser um assunto demasiado importante para a região, para o território e para o país, sugerindo que fosse promovida uma reunião entre a Assembleia Intermunicipal e todos os Srs. Presidente de Câmara para troca de opiniões. -----

- O Deputado João Araújo (PSD/CDS-PP - Vila Nova de Famalicão), referiu que, o documento em apreciação demonstra melhorias consistentes, mas que, no entanto, as melhorias ainda carecem de algumas melhorias, passando a explicar que, o Plano está muito bem apresentado, mas que carece de sustentação, nomeadamente a nível de práticas, de metas e de objetivos, deixando também a sugestão da integração de uma análise SWOT. -----

Conclui a sua intervenção no que diz respeito à importância que atribui à comunicação das atividades desenvolvidas pela CIM do Ave, deixando o alerta para a necessidade de comunicar com os órgãos de comunicação social, que poderão vir a proporcionar uma maior escala. -----

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

- O Deputado Domingos Pereira (PS - Guimarães), acrescentou que a CIM do Ave serve para introduzir o debate e a partilha, admitindo que existe hoje uma tensão entre o municipalismo, relativamente fragmentado, e aquilo que seria a regionalização como preceito constitucional, que carece de referendo. Continuou referindo que, na sua anterior intervenção não colocou em causa o preceito constitucional e que sobretudo respeita a Lei 75/2013 que enquadra rigorosamente o papel e o desempenho enquanto membros desta Assembleia Intermunicipal. -----

- A Primeira-Secretária Intermunicipal da CIM do Ave, Maria do Rosário Azevedo, em resposta à Sr.ª Deputada Paula Dourado e ao Sr. Deputado João Araújo e, de acordo com intervenções em anteriores reuniões desta Assembleia Intermunicipal, referiu que a questão da métrica das atividades desenvolvidas é de facto um instrumento muito importante. Relativamente ao Plano “chapéu”, referido pela Sr.ª Deputada Paula Dourada, a CIM do Ave, no próximo Plano, irá construí-lo com uma estrutura que dê uma abrangência temática e que reflita também o respetivo detalhe proposto. -----

No que diz respeito à rede *wi-fi* e ao *marketing* territorial nos transportes, que considera fundamental, informou que, os Cadernos de Encargos do Concurso serão definidos ao nível técnico de consultoria e que serão colocados no crivo certo, tal como Assembleias, Conselho Intermunicipal e, será nessa altura que a discussão se irá colocar, dado que é um dossier muito abrangente onde serão que tidas em conta as opções escolhidas e os respetivos custos associados. -----

Em resposta à questão colocada sobre a Agência de Energia do Ave, informou que os dois técnicos que a integram, imputam cerca de 90% do seu tempo em apoio aos municípios, nomeadamente na instrução de candidaturas, em projetos de eficiência energética, e em suprimento do défice de recursos humanos especializados nesta área, que alguns municípios mais pequenos apresentam. -----

Sobre o dossier da educação, referiu que é enorme a preocupação com a articulação dentro da CIM do Ave e em conjunto com os municípios, para tal foi promovida uma reunião entre a CIM do Ave, o Sr. Vereador da Educação de Vila Nova de Famalicão, Dr. Leonel Rocha, em representação de todos os outros Srs. Vereadores, no sentido de solicitar ao Sr. Diretor Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a sensibilização para o facto de ter sido constatado que existe uma duplicação de financiamento de cursos profissionais pagos pelo IEFP e cursos profissionais pagos pelo Ministério da Educação no âmbito das escolas profissionais, dado que se corre no risco de existirem conflitos de competências. -----

- O Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Ave, Raul Cunha, interveio referindo que, no que diz respeito à questão da descentralização colocada, é sua opinião que está na altura de se promover um debate, referindo que a posição do Conselho Intermunicipal tem sido a de ver a descentralização/regionalização como uma oportunidade, mas

ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

sempre com muita preocupação no que diz respeito à passagem de competências que não corresponda aos meios necessários para as desenvolver, referindo que, para já, ainda existe uma margem para os municípios a aceitarem ou não, no entanto, em 2021 será obrigatório. -----

Continuou referindo que, aos municípios e à CIM do Ave irão ser atribuídas um conjunto de competências, o que irá levar a um olhar diferente sobre a CIM do Ave, que durante muito tempo foi interpretada como mais uma instituição que lida com fundos comunitários e muito dependente desses fundos, no entanto, hoje em dia a visão está a mudar, uma vez que é cada vez mais uma instituição que tem competências próprias, e a que lhe estão a ser atribuídas também novas competências que não estavam previstas no plano inicial, e que também acaba por ter reflexos na política de recursos humanos. -----

Acrescentou que pelo que se perspetiva no horizonte, terão que existir mudanças, e existirá a necessidade de reforço dos meios de pessoal necessários para dar resposta às obrigações legais que vão sendo atribuídas às Comunidades Intermunicipais. -----

DELIBERADO, aprovar por unanimidade. -----

- PERÍODO DE "DEPOIS DA ORDEM DO DIA" -----

PONTO UM – Intervenção do Público. -----

- Não houve intervenção do público. -----

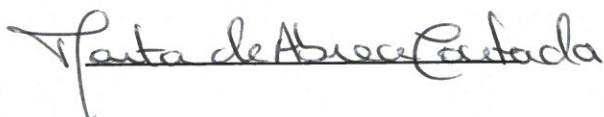
ATA NÚMERO 05/2018
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
24 DE NOVEMBRO DE 2018

PONTO DOIS – Aprovação da Ata 05/2018 em Minuta. -----

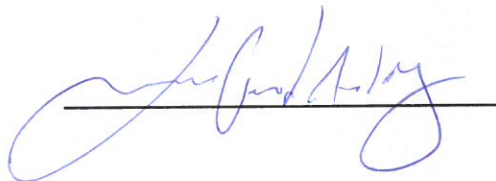
DELIBERADO, aprovar por unanimidade. -----

A MESA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL,

PRESIDENTE



VICE-PRESIDENTE



SECRETÁRIO

